



Agrobiodiversidade e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS): inter-relações com povos tradicionais e comunidades locais

*Vangivaldo de Menezes Souza*¹
*Anibal de Freitas Santos Júnior*²
*Clicia Maria de Jesus Benevides*³

Resumo: O presente artigo trata das bases epistemológicas de um estudo em andamento sobre a agrobiodiversidade e as PANCs, nos povoados de Gravatá de Baixo e Baixa Grande, este último, uma comunidade quilombola. Ambas as comunidades localizam-se no município de Muritiba, Bahia, e são formadas por pequenos trabalhadores rurais, que cultivam plantas como mandioca, aipim, citros, cereais e verduras, base da cultura alimentar da região. Nesse contexto, o cultivo tradicional nas comunidades locais da região colabora para a manutenção da agrobiodiversidade. O modo próprio de plantar e de colher desses agricultores baseia-se nas tradições passadas de uma geração para a outra e pode ter influência direta na cultura alimentar da região. Dessa forma, o objetivo é dialogar sobre as bases epistemológicas que favoreçam a análise das inter-relações de cooperação entre as comunidades locais e povos tradicionais por meio da agrobiodiversidade e da utilização da PANCs, nos povoados de Gravatá de Baixo e Baixa Grande, município de Muritiba- Bahia. Trata-se de um estudo desenvolvido mediante uma abordagem qualitativa e pesquisa exploratória transversal descritiva. O método utilizado foi a pesquisa-ação.

Palavras-chave: Agrobiodiversidade. Comunidades locais. Epistemologia. PANCS. Povos tradicionais.

Abstract: This paper deals with the epistemological basis of an ongoing study on Agrobiodiversity and PANCS in the villages of Gravatá de Baixo and Baixa Grande, the latter being a quilombola community. Both communities are located in the municipality of Muritiba - Ba, and are formed by small rural workers, who cultivate a diversity of agricultural plants, such as cassava, cassava, citrus, cereals and vegetables, which are the basis of the food culture of the region. In this context, traditional cultivation in local communities in the region contributes to the maintenance of agrobiodiversity. These farmers' own way of planting and harvesting traditionally, based on the traditions passed down from generation to generation, may have a direct influence on the food culture of the region. Thus the present study aims to dialogue about the epistemological bases that favor the analysis of the interrelationships of cooperation between local communities and traditional peoples with agrobiodiversity and the use of PANCS in the villages of Gravatá de Baixo and Baixa Grande, municipality of Muritiba- Bahia. It is a study developed through a qualitative approach with the objective of descriptive cross - sectional exploratory research and as technical research - action procedures.

Keywords: Agrobiodiversity. Local communities. Epistemology. PANCS. Traditional peoples.

¹ Professor da Rede Municipal de Educação do município de Muritiba. Membro do grupo de pesquisa Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional (GEEDR) da UNEB. Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (DMMDC). E-mail: vangivaldo.souza@hotmail.com.

² Professor Titular do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da UNEB. Doutor em Química pela UFBA. Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Difusão do Conhecimento (DMMDC). E-mail: anibaljr@uol.com.br.

³ Professora Titular do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da UNEB. Doutora em Química pela UFBA). Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Difusão do Conhecimento (DMMDC). E-mail: bclicia@gmail.com.

Introdução

Estudar sobre a agrobiodiversidade, ou seja, sobre a diversidade agrícola em pequenas comunidades rurais é, de certo modo, enveredar pela cultura e tradição de povos que conseguiram conservar suas marcas identitárias que se perpetuaram por várias gerações, tais como indígenas, quilombolas e outros. Tais marcas se mantiveram na cultura, na crença, no artesanato, no manejo do solo, no plantio, na colheita e nos demais procedimentos, como no preparo de alimentos e desenvolvimento da agrobiodiversidade, garantindo a cultura e a segurança alimentar da comunidade.

A população rural, especificamente os povos tradicionais, indígenas e quilombolas são os grandes guardiões do arcabouço cultural agrícola, assim como do patrimônio ecológico, que tem sofrido grandes impactos com o crescimento econômico e deixou de primar pela sustentabilidade e conservação. Com isso, o planeta vem sofrendo com ações como contaminação das águas e do solo, queimadas, desmatamento, perda da biodiversidade, acidentes ecológicos e muitas outras que colaboram para a degradação ambiental.

Na prática da agricultura familiar ou de subsistência, as comunidades rurais, em companhia dos movimentos sociais, têm lutado para garantir a conservação da agrobiodiversidade nos espaços de vivência e de trabalho, onde cultivam a maioria dos produtos de sua base alimentar. Portanto, a manutenção da diversidade agrícola é de grande importância para a sustentação da diversidade, mediante o plantio de sementes crioulas em uma inter-relação de compras e trocas com os pequenos agricultores.

A expansão do agronegócio e, conseqüentemente, do monocultivo vem contribuindo para a perda da agrobiodiversidade. De acordo com Machado (2008, p.31), a agrobiodiversidade “pode ser entendida como o processo de relações e interações do manejo da diversidade entre e dentre espécies, os conhecimentos tradicionais e o manejo de múltiplos agroecossistemas, sendo um recorte da biodiversidade”.

O agronegócio prima pela produtividade, sem levar em conta a diversidade agrícola entre e dentre espécies. A tarefa de guardião do arcabouço genético da diversidade agrícola sempre contou com a proteção dos povos tradicionais e agricultores locais, que desenvolvem atividades significativas para a segurança alimentar dos povos e nações. Apesar da contribuição para a população de modo geral, esses povos não têm o apoio nem a proteção dos governantes.

Os trabalhadores e trabalhadoras que praticam a agricultura de subsistência e familiar não possuem os mesmos objetivos do agronegócio, que visa à competitividade dos mercados interno e externo. Ou seja, primam pela produção para o consumo próprio e para o mercado local, desenvolvida em pequenas propriedades rurais, com mão de obra compartilhada entre os membros da família. Com pouca frequência, utilizam a máquina agrícola e outras tecnologias de forma simplificada.

É de grande relevância a agricultura de subsistência, trata-se de práticas realizadas principalmente pelas comunidades locais e povos tradicionais. Essa forma de produção se caracteriza também pelo emprego de métodos tradicionais de cultivo.

A agricultura familiar vem sofrendo grandes influências da modernização e da economia capitalista. Apesar disso, algumas comunidades têm conseguido manter esse tipo de produção, que continua sendo de grande importância para a segurança e a cultura alimentar, visto que conserva a diversidade agrícola de forma sustentável, com menor impacto ao meio ambiente e alimentos mais saudáveis, sem o uso (ou o mínimo) de agrotóxico.

Essa produção mais sustentável, realizada pelas comunidades rurais, além de garantir a agrobiodiversidade pode favorecer o cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais. Presentes nas culturas de povos tradicionais, as PANCs podem servir de alimento alternativo para a segurança alimentar, tornando-se também uma fonte de renda para as agriculturas de subsistência e familiar.

A agricultura familiar consiste na utilização da mão de obra da própria família. Essa forma de trabalho proporciona a diversificação das atividades e contribui para o melhor gerenciamento dos empreendimentos. No Brasil, a agricultura familiar é garantida pela Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006, segundo a qual agricultor familiar rural é o produtor que não tenha área maior que quatro módulos fiscais e utilize mão de obra familiar nas atividades de seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006). Amparados por essa Lei, desde que atendam aos mesmos pressupostos do denominado agricultor familiar, estão os silvicultores, extrativistas, garimpeiros, fiscadores e pescadores.

Os agricultores de subsistência e familiar, inseridos em comunidades de povos tradicionais ou não, são os mantenedores natos da diversidade agrícola, ou seja, da agrobiodiversidade, pela relação de pertencimento da cultura produtiva, pela vivência em sua maioria na mesma área de produção e a inter-relação com seus pares em uma troca de conhecimento e experiência. A forma de plantar e de colher, tradições culturais, muitas vezes baseadas em ritos³, as crenças e o cardápio baseado na culinária de festividades e cerimônias religiosas são processos que garantem a conservação da diversidade agrícola.

Segundo Machado (2008), a perda da diversidade agrícola é um tema bastante debatido e está na agenda dos países membros de acordos internacionais, quando discutem miséria, fome e segurança alimentar, “tendo sempre como objetivos em comum a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em comunidades locais” (MACHADO, 2008, p. 14). A proteção e a valorização de povos tradicionais e comunidades locais constitui um tema importante para a conservação da biodiversidade. Deverá ser discutido não de cima para baixo, ou apenas em nível de governo, em que se fala dos sujeitos sem os sujeitos, mas com a participação dos principais interessados, durante muitos anos, vítimas de uma colonização que suprimiu (e continua a suprimir) sua cultura e saberes. Assim, eles poderão expressar suas queixas e anseios.

³ Como a “bata do feijão”³, que consiste na retirada dos grãos da vagem.

Nesse contexto, este texto objetiva dialogar sobre as bases epistemológicas que favoreçam a análise das inter-relações de cooperação entre as comunidades locais e povos tradicionais na agrobiodiversidade e utilização da PANCs, nos povoados de Gravata e Baixa Grande, município de Muritiba, na Bahia.

Povos e comunidades tradicionais

Os povos tradicionais são grupos de pessoas que se estabeleceram em determinada área e conservam suas tradições, tendo uma relação harmônica com o meio ambiente, pois as áreas de produção são também espaço de vivência, onde seus descendentes são criados e os alimentos produzidos mediante a prática efetiva da sustentabilidade.

O [Decreto nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007](#), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define no Art. 3º:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (DECRETO 6.040, Art. 3º, § 1º).

Nesse contexto, se incluem os indígenas, quilombolas, comunidades praticantes de religiões afro-brasileiras, ciganos, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas e pescadores artesanais, os quais consomem o que produzem e trocam o excedente por outros bens necessários ou comercializam nas feiras-livres da região. Trata-se, portanto, de defender a biodiversidade e a agrobiodiversidade, ação de grande importância no desenvolvimento da segurança alimentar local.

Esses povos, principalmente os indígenas e quilombolas, lutam pelo reconhecimento e demarcação de suas terras, não apenas para garantir o direito às propriedades, mas também evitar ações como invasão do agronegócio para expansão de áreas agricultáveis e de criação de gado, exploração de madeira, construção de estradas, rodovias e ferrovias, reservatórios, barragens e usinas hidrelétricas, extrativismo mineral, sistema com torre e cabeamento para extensão de rede elétrica, e outras.

Povos e comunidades quilombolas

Nas comunidades quilombolas estão os povos de ancestralidade africana, vítimas do trabalho escravo e da opressão praticada por um grupo social que os considerava uma sub-raça sem direito à vida,

ao nome, à crença, à dignidade, a salário. Durante muito tempo, mulheres e homens negros foram vendidos como mercadoria e encaminhados para as senzalas, perdendo laços familiares e a identidade.

Por muitos anos, o Brasil foi palco de atrocidades contra os povos oriundos de países do continente africano. Em busca da liberdade e para fugir da escravidão e da opressão dos patrões, os negros se organizavam em quilombos, locais de difícil acesso. O objetivo era resistir ao modelo escravagista da sociedade e do governo da época, os quais legitimavam tais crueldades.

Entre os muitos quilombos espalhados pelo Brasil, destacou-se o de Palmares, tanto por sua longevidade e resistência, quanto pela figura do líder Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra no país. Albuquerque (1978, p. 24-25 apud SANTANA, 2012, p.10) define Zumbi da seguinte forma:

Era mais alto do que qualquer de seus generais e muitíssimo mais forte. A pele, de um negro retinto e brilhante, esticava-se sobre o peito largo e os braços musculosos. (...) Em volta do tornozelo esquerdo usava uma grossa pulseira de ouro bruto, que escondia uma cicatriz feita outrora pelas cadeias da escravidão. Uma pele de onça cobria-lhe os quadris, passando uma estreita tira pelo ombro direito. Um colar de dente de onça, que se entrechocavam, apenas ele se movia, passava-lhe duas vezes em torno do pescoço. A boca de lábios grossos e o nariz largo davam-lhe ao rosto uma expressão de ferocidade que amedrontava. Mas o que mais chamava a atenção em toda a sua figura eram os olhos, dois olhos negros, enormes e um pouco oblíquos, dotados de um brilho agudo que fascinava. (ALBUQUERQUE, 1978, p.24-25).

Com sabedoria e força para lutar, Zumbi lidera a defesa de Palmares contra as investidas violentas do governo da época, da elite dominante, incluindo os grandes fazendeiros, que se viram ameaçados pelo fortalecimento e resistência do quilombo de Palmares à escravidão e à opressão. Sem sucesso, os governantes enviaram uma tropa gigantesca e um arsenal de guerra para destruir Palmares. Nessa ação, Zumbi foi assassinado.

O líder de Palmares deixou um legado que influenciou (e influencia) as lutas por liberdade, pelo respeito pelos povos de matriz africana que ajudaram a construir o país e continuam à margem da sociedade. As comunidades remanescentes de quilombos continuam lutando, organizados em movimentos sociais em busca do reconhecimento e do respeito à identidade.

As comunidades quilombolas iniciaram-se com os quilombos existentes no Brasil durante o período da escravidão. Outras foram constituídas após a abolição da escravatura. O Guia de Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas - Programa Brasil Quilombola - prevê:

De um modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para

santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos. (BRASIL, 2013, P. 14).

Muitos dos espaços territoriais, apesar de pertencerem de fato e de direito a povos de comunidades tradicionais, em razão das conquistas, ainda não são reconhecidos legalmente. Esse grupo social, que faz parte das memórias desfavorecidas para com os quais os governantes e a sociedade têm uma grande dívida social, lutou e continua lutando por direitos: reconhecimento das terras, respeito à ancestralidade, às manifestações culturais e tradições que, durante muito tempo, foram suprimidas de forma bárbara pela sociedade dominante.

O [Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003](#) da Presidência da República, no seu Artigo 2º, estabelece:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, DECRETO nº 4.887, 2003).

O reconhecimento das comunidades quilombolas é de grande importância e uma forma de proteção à ancestralidade. Trata-se de obediência ao princípio da igualdade social, em que todos os povos devem se respeitar e ter as mesmas oportunidades. As comunidades tradicionais merecem uma atenção especial porque, com muito esforço, vêm mantendo as tradições, principalmente no campo das manifestações culturais, no manejo do solo para o plantio e a colheita, nas práticas agrícolas mais sustentáveis, nos espaços de vivência. Com isso, têm contribuído para a conservação da biodiversidade e da agrobiodiversidade local/regional.

Povos tradicionais, agrobiodiversidade: uma reflexão epistemológica

Falar de agrobiodiversidade é ingressar no universo de povos tradicionais, de comunidades locais e observar aspectos identitários, culturais, econômicos e sociais. É necessário dialogar sobre a epistemologia praticada, por meio do pensamento construtivista, sem perder de vista o processo de colonização que suprimiu (e suprime) povos (considerados bárbaros) e cultura e impôs a dita “civilização”. Tal procedimento culmina, até os dias atuais, na dizimação de povos, línguas, cultura, costumes, crenças, arte, ritos, forma de plantio, colheita, manejo do solo e tratos culturais das plantas agricultáveis.

Dialogar sobre biodiversidade significa navegar sobre questões de epistemologia imbricada aos homens brancos (colonizadores), os quais, devido ao conhecimento no campo da ciência e das tecnologias utilizadas nos dias atuais, se julgam superiores. Tudo isso são pressupostos e dizem respeito às diferenças e às forças de domínio que justificam a supremacia de uma classe que insiste em afirmar: “nós somos civilizados; você, os índios, são bárbaros e selvagens”.

Quem, na verdade, são os bárbaros? Quem são os selvagens? Ao se tomar como exemplo a colonização do Brasil, “queremos lembrar que, quando Cabral aqui chegou, nós éramos quase mil povos.

Hoje somos apenas 200 povos”, afirma o cacique Marcus Terena (MORIN, 2010, p.17). Tais respostas mostram o que parece ficar evidente, ou seja, a barbárie e a selvageria não estão nos povos indígenas, que conseguiam se estabelecer e viver tomando por base a sua cultura (milênar), tradições, sem dizimar povos e nações.

Parece que bárbara e selvagem é a civilização que consegue dizimar centenas de povos, milhares de pessoas, centenas de línguas faladas, uma infinidade de cultura, ritos, artes, danças, festas, comidas e, com certeza, a não domesticação de uma grande variedade de plantas agricultáveis. Morin (2010) faz a seguinte reflexão:

Este universo que estava escondido em nome do desenvolvimento, este universo que foi matado para dar lugar ao desenvolvimento, agora, olhamos para trás e vemos que quatro milhões de índios morreram e mais de 700 povos desapareceram. Quando morre um povo indígena, ele nunca mais volta. Desaparece uma civilização, sua língua que nunca mais é redescoberta. Porque a nossa comunicação era falar com as pessoas. Contar para as pessoas, como eu quero contar agora, a beleza da filosofia indígena. (MORIN, 2010, p.18)

Bárbaros e selvagens foram os índios ou aqueles que mataram em nome do crescimento, da modernização e da civilização? Estes jamais foram (ou serão) considerados bárbaros. Respalhando-se na forma mais selvagem do capitalismo, os colonizadores cometeram atrocidades, conforme ditava o consenso da denominada sociedade civilizada.

Os saberes milenares não foram levados em conta, ou melhor, o que foi de interesse teve o direito usurpado, como as plantas agricultáveis e a agrobiodiversidade dos povos indígenas, uma prática conservada há milhares de anos e que passa de uma geração para a outra. Tais plantas ganharam o mundo, melhor dizendo, o mundo ganhou com elas. Apropriaram-se delas, melhoraram-nas geneticamente, mas os créditos não foram atribuídos aos primeiros cultivadores, os povos tradicionais.

Esses povos produziam, plantavam, colhiam, praticavam a pesca e a coleta sem desmatar, poluir e degradar. Conseguiram, portanto, estabelecer uma relação equilibrada e harmoniosa com as plantas, os rios, os animais terrestres e marinhos, e, de forma sustentável, manter a natureza e a biodiversidade. Diz o cacique Terena, citado por Morin (2010).

A biodiversidade, as águas doces estão todas em terras indígenas. Nós, os índios, que estamos cuidando deste patrimônio ao longo do tempo, nunca tivemos a oportunidade de contar e de compartilhar o que significa para nós esse patrimônio, em termos de vida. Estamos hoje discutindo a soberania do Brasil. Para nós soberania não é só o território. São as riquezas que estão no coração das pessoas indígenas. A sua filosofia de vida. (MORIN, 2010, p.18).

O “homem branco”, o colonizador, usurpou e continua se apropriando da agricultura, dos tratos culturais, saberes, artes, festas, danças e crenças dos povos tradicionais e comunidades locais. Os que não puderam suprimir os créditos das representatividades e vivências sociais desse povo deram-nas o nome de folclore; o que pertencia ao povo “civilizado”, no entanto, para os colonizadores, é chamado de cultura.

Botelho (2007) traz uma concepção de cultura:

Vale nesta linha de continuidade a incorporação da dimensão antropológica da cultura, aquela que, levada às últimas consequências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização dos seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco (BOTELHO, 2007, p.110).

O conceito proposto por Botelho (2007), que traz uma dimensão antropológica e uma visão do todo, não afasta do mesmo leque as etnias, raças, nações, mas engloba o homem no agir no mundo. Diferentemente, Canclini (2001) traz o conceito de política cultural:

El conjunto de intervenciones realizadas por el estados, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 2001, p.65).

Os conceitos de cultura, seja na dimensão antropológica, seja na dimensão da política cultural, abarcam as pessoas e o indivíduo nas suas inter-relações e interconexões que não acontecem em grupos sociais distintos, mas na interação do homem com seus pares, com o ambiente, a natureza, valores, crenças, ritos, tradições e filosofia de vida.

Com a colonização, os saberes indígenas foram usurpados e globalizados e tornaram-se “coisa de branco”. No discurso do cacique Terena, citado por Morin (2010), surge o questionamento:

[...] o que aconteceu com o conhecimento indígena? Para onde foi esta sabedoria? E daqui para frente, nós, os índios, não vamos poder proteger esse conhecimento, este patrimônio, reverter tudo isso para a o bem-estar da humanidade. Sabem por quê? Porque os nossos velhos dizem: tudo o que fazemos estamos construindo alguma coisa, até mesmo para as pessoas que não nasceram, que vão nascer um dia. Tudo o que construímos hoje vai recair sobre os seres futuros. (MORIN, 2010, p. 22)

Os povos tradicionais e comunidades locais, vítimas da desigualdade, do preconceito e do desrespeito, lutam para manter seus conhecimentos e proteger a cultura, as crenças e os valores atribuídos às plantas medicinais e agricultáveis, aos animais e às sementes crioulas. Tal preservação é necessária para a

manutenção da diversidade, da biodiversidade e da agrobiodiversidade. Desse modo, são pertinentes as reflexões do Cacique Marcos Terena, citado por Morin (2010):

[...] Nós, os índios, onde quer que estejamos, não queremos perder esta filosofia de vida, queremos contá-la a vocês e queremos defender este patrimônio para vocês. E quando os cientistas puserem os olhos em suas máquinas, decifrarem e transformarem as plantas em medicina, nós queremos que os povos indígenas façam parte desse processo. Porque os remédios indígenas nunca terão efeitos colaterais. Nunca serão usados para adoecer as pessoas, como fizeram com a maconha, a coca, o *ayushka* e outras tantas plantas medicinais que eram símbolos da magia de viver e que viraram vício. Foram deturpadas por causa do lucro econômico e viraram pobreza social. (MORIN, 2010, p. 23)

Os índios lutam não só pelo respeito às suas culturas e tradições, mas também para que sejam **incluídos** na nação brasileira, um povo que participa dos avanços e crescimento do país, com saberes adquiridos e passados de uma geração para a outra, por meio dos espaços multirreferenciais de aprendizagem.

As reflexões e pensamentos (sintetizados acima) foram verbalizados pelo cacique Marcos Terena em uma palestra da qual participou com Edgar Morin na Universidade de Brasília (UnB), em 2010. Esse encontro resultou no livro “Saberes Globais e Saberes Locais”, uma obra importante e necessária para se compreender as bases epistemológicas do estudo sobre a diversidade de cultivos, a agrobiodiversidade. Nesse cenário, observa-se que tais princípios foram (e continuam sendo) conservados pelos povos indígenas e comunidades locais. De modo contrário, a exploração e a falta de proteção para a diversidade de espécies cultivadas mediante a agricultura tradicional, põem em risco o equilíbrio do homem com o meio ambiente.

Povos tradicionais, comunidades locais: um olhar interdisciplinar e multirreferencial

Para falar de povos tradicionais e comunidades locais, é necessário fazer uma reflexão sobre as bases epistemológicas que poderão nortear o caminho a ser percorrido na pesquisa, com foco na preservação da biodiversidade local, na prática da agrobiodiversidade realizada por esses povos, os quais exercem um importante papel no tocante à garantia da segurança alimentar.

Ao analisar as bases de produção dos povos locais e comunidades tradicionais, é essencial a utilização de instrumentos antropológicos, sociológicos, filosóficos e econômicos, para se empreender um estudo multirreferencial. É preciso, portanto, adotar não apenas um instrumento disciplinar, mas

considerar aspectos relacionados à crença do povo, aos ritos, às festas, às práticas culturais na agricultura. A multirreferencialidade desponta como um campo de observação, tendo em vista a dimensão (bastante ampla) da dinâmica da vida social.

Para Martins (2004):

A perspectiva multirreferencial propõe, por sua vez, abordar as questões anteriores tendo como objetivo estabelecer um novo “olhar” sobre o “humano”, mais plural, a partir da conjugação de várias correntes teóricas, o que se desdobra em nova perspectiva epistemológica na construção do conhecimento sobre os fenômenos sociais, principalmente os educativos. (MARTINS, 2004. P. 86).

Para Ardoino (1998), a multirreferencialidade, no campo das ciências humanas, está ligada à complexidade que caracteriza as práticas sociais. Segundo o autor, “[...] quer dizer que no lugar de buscar um sistema explicativo unitário [...] as ciências humanas necessitam de explicações, ou de olhares, ou de óticas, de perspectivas plurais para dar conta um pouco melhor, ou um pouco menos mal, da complexidade dos objetos” (ARDOINO, 1998d, p. 4).

A pesquisa realizada com povos tradicionais e comunidades locais, cuja produção está alicerçada nas tradições por meio dos fenômenos naturais, das festas e cerimônias religiosas, é determinante para o conhecimento, a gestão, a operacionalização da cultura e a garantia da segurança alimentar dessa população. Ardoino (1995a) também estabelece essa relação de compreensão multirreferencial em espaços sociais ao afirmar:

[...] análise multirreferencial das situações das práticas dos fenômenos e dos fatos educativos se propõe explicitamente uma leitura plural de tais objetos, sob diferentes ângulos e em função de sistemas de referências distintos, os quais não podem reduzir-se uns aos outros. Muito mais que uma posição metodológica, trata-se de uma decisão epistemológica. (ARDOINO, 1995a, p. 7).

Ademais, a investigação permeada de valores de base religiosa, da pragmática, do senso comum e científico, requer um olhar transdisciplinar e multirreferencial. Nesse sentido, Barbosa (1998a) traz a seguinte reflexão:

Multirreferencialidade, na sua origem, é um assunto de pesquisadores e de práticos também. É uma resposta à constatação da complexidade das práticas sociais e, num segundo tempo, o esforço para dar conta, de um modo um pouco mais rigoroso, desta mesma complexidade, diversidade e pluralidade. [...] Multirreferencialidade é uma

pluralidade de olhares, não só disciplinares, dirigidos a uma realidade e, em segundo lugar, uma pluralidade de linguagens para traduzir esta mesma realidade e os olhares dirigidos a ela. O que sublinha a necessidade da linguagem correspondente para dar conta das especificidades desses olhares. (BARBOSA, 1998b, p. 205).

Com a complexidade das práticas sociais, a multirreferencialidade abre um vasto campo de investigação, que pode abranger e englobar uma ampla gama de conhecimentos responsável por traduzir as especificidades que fogem dos moldes rígidos e disciplinares.

A importância da população tradicional para a agrobiodiversidade

Os povos indígenas e populações tradicionais tiveram e, continuam tendo, um papel relevante na sociedade, na conservação de plantas tradicionais, o que tem corroborado, de forma significativa, para garantir a segurança e a cultura alimentar no âmbito local/regional. Porém, a segurança e a cultura alimentar desses povos estão ameaçadas em razão das influências do agronegócio, resultante da pressão do mercado capitalista nacional e internacional.

A cada dia, a prática predatória vem minimizando a produção local/regional. Apesar de causar baixo impacto ao meio ambiente, se comparado às grandes lavouras, o cultivo tradicional não encontra incentivo de uma política que possa garantir aos agricultores meios sustentáveis para escoar o excedente de sua produção. Ademais, a falta de amparo necessário para conservação da biodiversidade, da agrobiodiversidade e da agroecologia local é uma triste realidade. Machado (2008) diz o seguinte:

A biodiversidade, a agrobiodiversidade e a agroecologia são conceitos próximos e bastante interligados, por estarem relacionados a questões do meio ambiente, dos agroecossistemas e das comunidades tradicionais, formando um complexo funcional com diversas interações, que deram origem aos sistemas agroecológicos. (MACHADO, 2008, p. 31).

Os sistemas agroecológicos inter-relacionados com a agrobiodiversidade que mantêm os valores da cultura local, como é o caso dos povos indígenas, tradicionais, quilombolas e agricultores em regime de sistema familiar, os quais formam as comunidades locais, são alternativas viáveis de renda e de sobrevivência. O manejo dos recursos naturais, as formas de plantio e de colheita evidenciam a forte relação entre a agrobiodiversidade, a agroecologia e a sustentabilidade.

Fala-se muito em ações sustentáveis que possam garantir a relação equilibrada do homem com os recursos naturais, de forma que seja possível produzir, gerar riquezas e garantir a segurança alimentar. Porém, muito pouco tem sido feito em favor da variedade local e do manejo tradicional, fatores que interferem diretamente na vida da comunidade, cujas atividades laborais sempre foram permeadas de ações sustentáveis e preservacionistas.

Nesse ponto, cabe ressaltar os escritos de Machado (2008), que cita:

Fala-se muito em ações contra a pobreza, mas pouco se faz em favor da agrobiodiversidade e da agricultura sustentável nas áreas marginais, onde vive a maior parte das comunidades agrícolas indígenas. É nas zonas rurais que vivem 70% dos pobres. (MACHADO, 2007b *apud* MACHADO, 2008).

Nas áreas rurais, convive-se com a dualidade: produção de alimentos e pobreza. As comunidades locais, os povos tradicionais e agricultores familiares, na condição de responsáveis pela segurança alimentar deste país, continuam sendo desfavorecidos por aspectos que os caracterizam, multidimensionalmente, pobres.

A agrobiodiversidade em foco

A Agrobiodiversidade de uma região é determinada pela diversidade de plantas cultiváveis nas espécies e entre as espécies (MACHADO, 2008). Trata-se de plantas que foram, ao longo do tempo, domesticadas pelos povos tradicionais, por indígenas e comunidades agrícolas locais. A variedade de plantas e sementes dentro da própria espécie garante a agrobiodiversidade, necessária para a cultura e a segurança alimentar. A mandioca, por exemplo, genuinamente brasileira, possui várias espécies entre os povos tradicionais.

A agrobiodiversidade é um recorte da biodiversidade. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92, realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi um dos instrumentos de grande relevância para o cenário nacional e internacional, os quais passaram a incluir, em suas agendas de discussões, as questões ambientais. Na CDB, art. 2º, Brasil (2006), define-se biodiversidade, de acordo com a convenção da Rio 92, da seguinte forma:

[...] a variabilidade de organismos de todas as origens, compreendendo, dentre outras, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécie e de ecossistemas (BRASIL, 2006).

A agrobiodiversidade tem sua especificidade voltada para as plantas agricultáveis, permeadas pelas tradições, pela cultura alimentar e tratos culturais que, ao longo do tempo, foram sendo

domesticadas por povos tradicionais, tornando-se fontes de alimento acessível, garantindo a segurança alimentar.

A CDB, tratado internacional, cujo principal pressuposto é manter a diversidade de vida nos seus ecossistemas, buscou interromper o acentuado ritmo de destruição, causado principalmente pela produção exacerbada, que visa a lucratividade e a liderança econômica global sem se preocupar com a segurança e a manutenção da biodiversidade no planeta. Nesse tratado, destaca-se também a importância das comunidades locais para a preservação da biodiversidade e agrobiodiversidade, determinando que os países signatários do documento possam: [...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica (BRASIL, 2006). Com isso, este trabalho visa respeitar os saberes culturais desses povos, o manejo dos ecossistemas e as formas de cultivo: plantio, colheita, coleta e demais tratamentos culturais, assim como a cultura alimentar baseada também em Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCs).

A cada dia, as PANCs vêm ganhando espaço como alternativa do ponto de vista nutricional na cultura alimentar. Os povos de comunidades locais cultivam-nas com maior frequência pela sabedoria popular, mesmo sem conhecer o seu valor nutricional. Sem um estudo mais detalhado sobre esse objeto de pesquisa, foi possível observar que algumas PANCs já são utilizadas em comunidade rurais. A comunidade de Gravatá, por exemplo, usa normalmente o hortelã grosso (*Turnera Ulmifolia*), o hortelã miúdo (*Rumex obtusifolius* L.), o coentro da Índia (*Portulaca oleracea* L.), a língua de vaca (*Peperomia pelúcida* L.), a favaca fina (*Ocimum basilicum* L.), e outros vegetais na fabricação de temperos e molhos da culinária local.

De acordo com as reflexões de Kelen *et al.* (2015, p. 8),

As PANC geram AUTONOMIA para o ser humano que deseja buscar - por suas próprias mãos - os nutrientes que necessita e os sabores que mais lhe agradam. Em conjunto, integradas com as comunidades humanas, culturas biodiversas, esta autonomia é também fator de autoafirmação e emancipação, no que se pode chamar de SOBERANIA ALIMENTAR E ECOLÓGICA. (KELEN *et al.* 2015, p. 8).

As comunidades rurais consomem PANCs diariamente, em função do contato maior com a diversidade de plantas e a facilidade de encontrá-las nos quintais, uma vez que algumas nascem de forma aleatória, sem a exigência de um tratamento cultural, tornando esse acesso mais dinâmico. Tal processo colabora para a manutenção da cultura baseada na tradição e hábitos alimentares que não foram perdidos, apesar do apelo do mercado global ao consumo. O objetivo é preparar um alimento de forma cada vez mais rápida, porém com substâncias que podem causar prejuízos à saúde do consumidor.

Por serem de fácil acesso, muitas Pancs são consideradas ervas daninhas. O “caruru” (*Amaranthus* spp), por exemplo, tem um grande valor nutricional, é fonte de ferro, potássio e vitaminas; a “beldroega” (*Portulaca oleracea*) é rica em ferro, potássio, magnésio e vitamina C. Existem outras que brotam em jardins, calçadas, terrenos baldios e não necessitam de tratos culturais para produção. Ainda de acordo com as reflexões de KELEN *et al.* (2015, p. 8):

Culturalmente, nossa alimentação é baseada em uma pequeníssima parcela de alimentos. Mais de 50% das calorias que consumimos no mundo provêm de no máximo quatro espécies de plantas. 90% dos alimentos consumidos vêm de somente 20 tipos de plantas. Por outro lado, temos uma oferta potencial de alimentos de pelo menos 30 mil plantas diferentes. A FAO, órgão da ONU, envolvido com a questão da alimentação mundial, estima que 75% das variedades convencionais de plantas alimentícias já foram perdidas. (KELEN *et al.* 2015, p. 8)

Esses alimentos, que poderiam agregar valor nutricional à alimentação das pessoas, não são consumidos com maior frequência por falta de conhecimento da população e devido a uma cultura em que os produtos agrícolas obedecem a um padrão. Nos últimos tempos estão sendo produzidos com maior teor de agrotóxicos. Conhecer as formas de cultivo das Pancs resgata o uso da terra e sua inter-relação com o meio ambiente, como ocorre com os povos indígenas e comunidade locais, e se revela de extrema relevância para o desenvolvimento da agrobiodiversidade e da segurança alimentar.

Considerações finais

Ao discorrer sobre o tema agrobiodiversidade, povos tradicionais, comunidades locais e agricultores familiares, percebemos as interfaces para o direcionamento de uma pesquisa nessa vasta área do conhecimento, com base epistemológica multidisciplinar e multirreferencial.

A reflexão em torno dos indígenas, dos povos tradicionais, vislumbrou perspectivas que norteiam o estudo da agrobiodiversidade e das Pancs. Embora o tema não seja ainda amplamente conhecido na sociedade, não se pode negar a importância da agrobiodiversidade para os diferentes contextos sociais, sobretudo os relacionados às áreas rurais, já que de lá que provem a maior parte do sustento da população. São alimentos produzidos de maneira tradicional, com base na agricultura familiar, responsável pela segurança alimentar deste país.

A cultura alimentar precisa se fortalecer por meio das Pancs. No entanto, o cenário atual impõe às pessoas uma série de comportamentos aligeirados, por meio dos quais o alimento rápido e menos nutritivo tem chegado à mesa dos brasileiros em substituição ao alimento saudável, cujos valores nutricionais são inerentes a uma boa alimentação.

As Pancs também constituem uma prática sustentável. Ricas em valor nutricional, elas são de extrema importância para a manutenção da diversidade agrícola, da segurança e cultura alimentar, uma vez que se adaptam a diferentes ecossistemas e seu cultivo não requer tratamentos agrícolas mais rebuscados.

Enfim, com base em uma pesquisa em andamento, este trabalho trouxe um novo olhar à questão da agrobiodiversidade, à luz do cultivo das Pancs em comunidades locais e povos tradicionais. Devido à conjuntura política vigente, essa população não tem nenhuma perspectiva de proteção de suas terras, dos espaços de vivência, do arcabouço cultural e da diversidade agrícola, de alguma forma, fatores ameaçados pela invasão do mundo mercadológico e capitalista.

Referências

ARDOINO, J, (1998d). A formação do educador e a perspectiva multirreferencial. Minicurso ministrado na Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, de 15 a 16 de outubro.

ARDOINO, J, (1995a). Multiréferentielle (analyse). In: ARDOINO, J. Le directeur et l'intelligence de l'organisation: repères et notes de lecture. Ivry: ANDESI, p. 7-9.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/botelho_i_dimensoes_da_cultura_e_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 27/07/2019.

BRASIL. Agrobiodiversidade e diversidade cultural //MMA- Brasília: MMA/SBF, 2006. 82p: el. Color; 23 cm. (série Biodiversidade, 20).

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em 25/08/2019.

BRASIL. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas - Programa Brasil Quilombola, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/guia-de-politicas-publicas-para-comunidades-quilombolas>. Acesso em 20/08/2019.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 20/08/2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Brasília: SEPPPIR, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia(org). Políticas culturales en América Latina. México: Editorial Grijalbo, 1987, p. 13-59.

KELEN. Marília Elisa et al. Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): hortaliças espontâneas e nativas / organização de Becker et al. -- 1. ed. -- Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/viveiroscomunitarios/wp-content/uploads/2015/11/Cartilha-15.11-online.pdf>. Acesso em 21/08/2019.

MACHADO. Altair Toledo. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas/ Altair Toledo Machado, Juliana Santilli, Rogério Magalhães. _ Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2008.

MARTINS, João Batista. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. **Revista Brasileira de Educação**. Maio /Jun /Jul /Ago 2004 No 26.

MORIN, Edgar, 1921- Saberes globais locais: o olhar transdisciplinar/ Edgar Morin; participação de Marcos Terena. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SANTANA, Karla Cristina Eiterer. Por trás das Paliçadas de Palmares: uma reescritura da Literatura de Zumbi por Ieda Maria de Albuquerque Noronha. VI Simpósio em Literatura, Crítica e cultural. Programa de Pós-Graduação em Letras, Estudo Literários- Faculdade de Letras- UJFF. 2012. Disponível em: <http://www.ujff.br/darandina/files/2012/09/Por-tr%C3%A1s-das-pali%C3%A7adas-de-Palmares-Artigo-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-do-Simp%C3%B3sio.pdf>. Acessado em 20/08/2019.

Recebido em: setembro de 2019.

Aprovado em: outubro de 2019.